

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.372 - GO (2019/0292334-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : GILMAR CANDIDO DA SILVA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : GILMAR CANDIDO DA SILVA - GO045545  
DANIEL LOUREDO CARDOSO - GO047976  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : TAINARA FRANCISCA DE LIMA FILHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **TAINARA FRANCISCA DE LIMA FILHO**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Extraí-se dos autos que a paciente foi condenada à pena de 2 anos, 4 meses e 15 dias, pela prática do crime previsto no artigo 155, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal. A pena privativa foi substituída por restritivas de direitos.

Diante da não localização da sentenciada para dar início ao cumprimento da pena, o Juízo da Vara de Execuções Penais converteu a sua reprimenda restritiva de direitos em privativa de liberdade (e-STJ, fls. 103-105).

Contra a decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJGO, objetivando a expedição de alvará de soltura.

O Desembargador Relator indeferiu o pedido de liminar e determinou o processamento do *writ* (e-STJ, fls. 24-25).

Neste *habeas corpus*, a defesa sustenta que a decisão do Juízo das Execuções padece de ilegalidade, pois a defensora dativa que até então representava a paciente não informou sobre sua mudança de domicílio. Assevera que a reeducanda tem domicílio eleitoral na Cidade de Petrolina de Goiás, bastando uma simples consulta no Sistema da Receita Federal e Justiça Eleitoral para obter o seu endereço, ou proceder uma citação por edital, além de possuir residência fixa e advogados habilitados nos autos.

Afirma também que " ... a r. Decisão atacada ao regredir o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, anteriormente fixada, limitou-se a dizer que fica estabelecido o regime FECHADO, devendo o condenado ser recolhido à Prisão." (e-STJ, fl. 19), ausente qualquer fundamentação para o estabelecimento do regime fechado.

Ao final, requerem a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja expedido o alvará de soltura em favor da paciente.

### É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO

# *Superior Tribunal de Justiça*

RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. Não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.**

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

